

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.503.461 - RS (2019/0137141-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ
ADVOGADO : EDSON PEREIRA NEVES E OUTRO(S) - RS006448B
AGRAVADO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORE : MARCIA REGINA LUSA CADORE E OUTRO(S) - RS029266
S
GUILHERME VALLE BRUM - RS064317

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO TRIBUTÁRIO. AÇÃO DECLARATÓRIA. ICMS. ISENÇÃO. REFLEXOS NA REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS DEVIDAS AO MUNICÍPIO. ART. 158, INCISO IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. RE 705.423/SE. TEMA 653 DO STF. O STF já assentou que a Constituição Federal garante aos Municípios a parcela do produto arrecadado com a cobrança do ICMS e não aquilo que deveria ser, caso não houvesse a concessão de benefícios fiscais. O que o Município tem assegurada é a participação na arrecadação e não a possibilidade de concordar ou não com determinada isenção concedida pelo ente tributante e competente para tanto. Assim, não há falar em inconstitucionalidade na concessão de benefícios fiscais relativos ao ICMS em relação à repartição tributária e quota devida aos Municípios, por força do art. 158, inciso III, da CF/88. Sentença mantida, embora por fundamento diverso. A UNANIMIDADE, NEGARAM PROVIMENTO AO APELO.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "Impossível o conhecimento do recurso pela alínea *a*. Isto

porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso especial interposto" (AgInt no REsp n. 1.615.830/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 11/6/2018).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente